

# RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

1º Quadrimestre de 2025

---

## Análise de Conformidade

---



## SUMÁRIO

Apresentação .....	3
1. Análise do desempenho fiscal .....	4
1.1 Execução Orçamentária .....	4
1.2 Receitas .....	5
1.3 Despesas.....	11
1.4 Receitas X Despesas .....	15
1.5 Restos a Pagar .....	18
1.6 Resultado Primário.....	20
1.7 Resultado Nominal.....	22
2. Limites constitucionais.....	24
2.1 Receita Corrente Líquida .....	24
2.2 Despesas com Pessoal .....	26
2.3 Evolução da Dívida e Limites .....	28
2.4 Operações de Crédito .....	29
2.5 Análise do Artigo 167-A da CF .....	30
2.6 Análise dos Duodécimos.....	31
2.7 Aplicação dos Recursos em Saúde.....	32
2.8 Aplicação dos Recursos em Ensino .....	33
2.9 Aplicação dos Recursos no FUNDEB .....	35
2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP .....	37
2.11 Relatório de Alertas TCESP.....	40
2.11.1 Alertas EMDHAP e IPPLAP .....	40
2.11.2 Alertas da Prefeitura de Piracicaba .....	41
3. Resumo dos principais indicadores .....	43
4. Resumo dos Principais Pontos de Atenção e Recomendações .....	45
Considerações Finais.....	48

## Apresentação

O Sistema de Controle Interno do Município tem por finalidade a realização de atividades de fiscalização e de orientação destinadas à correta aplicação dos recursos públicos. Por meio de seu Órgão Central, deve emitir relatórios para ciência do Chefe do Poder Executivo, apresentando os resultados da execução operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do município.

O presente Relatório de Controle Interno – RCI, tem por objetivo avaliar a execução orçamentária e financeira do município em cumprimento à legislação pertinente, referente ao 1º quadrimestre de 2025, em consonância com o Plano Operativo Anual, de modo a oferecer melhores condições para a tomada de decisão da alta administração a fim de que os objetivos estratégicos do município sejam alcançados.

Com o fito de avaliar a execução orçamentária da Administração Direta e Indireta de Piracicaba, o Relatório traz um resumo das receitas e despesas aferidas, o resultado primário e nominal, bem como o acompanhamento de limites constitucionais pertinentes, como Despesa com Pessoal, aplicação dos recursos próprios em Saúde e Educação (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Fundeb), entre outros, após o fechamento contábil realizado em maio de 2025.

Este Relatório traz ainda um acompanhamento da regularidade fiscal e cumprimento das obrigações do sistema AUDESP e os principais apontamentos dos Relatórios de Alerta realizados pelo Tribunal de Contas à Prefeitura no 1º Quadrimestre de 2025.

## 1. Análise do desempenho fiscal

Para elaboração das análises do presente relatório foram utilizadas informações extraídas dos balancetes conta contábil e conta corrente dos arquivos XMLs gerados pelo sistema de contabilidade do município.

Os dados apurados para elaboração dos demonstrativos podem sofrer alterações em face de eventuais ajustes contábeis; nessa hipótese, tais modificações serão consignadas no próximo RCI.

### 1.1 Execução Orçamentária

O resumo do balanço orçamentário do município está apresentado na tabela 01, na qual demonstram-se a previsão inicial, e as receitas realizadas e despesas liquidadas apuradas no primeiro quadrimestre de 2025.

**Tabela 01 - Balanço Orçamentário Resumido**

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial Anual 2025	Receitas Realizadas até Abril/2025	% Receita Realizada
1 - Receitas Correntes	3.078.712.000,00	1.120.307.662,78	36,39%
2 - Receitas de Capital	183.205.000,00	61.453.841,50	33,54%
7 - Receitas Intra Orçamentárias	99.894.000,00	29.003.899,93	29,03%
Total das Receitas Orçamentárias (I)	<b>3.361.811.000,00</b>	<b>1.210.765.404,21</b>	<b>36,02%</b>
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial Anual 2025	Despesas Liquidadas até Abril/2025	% Despesa Executada
3 - Despesas Correntes	2.914.589.200,00	758.753.737,73	26,03%
4 - Despesas de Capital	281.917.300,00	62.157.734,00	22,05%
9 - Reserva de Contingência	59.810.000,00	0	0,00%
7 - Despesas Intra Orçamentárias	105.494.500,00	28.121.298,73	26,66%
Total das Despesas Orçamentárias (II)	<b>3.361.811.000,00</b>	<b>849.032.770,46</b>	<b>25,26%</b>
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	<b>Déficit / Superávit (III) = (I)-(II)</b>		<b>361.732.633,75</b>

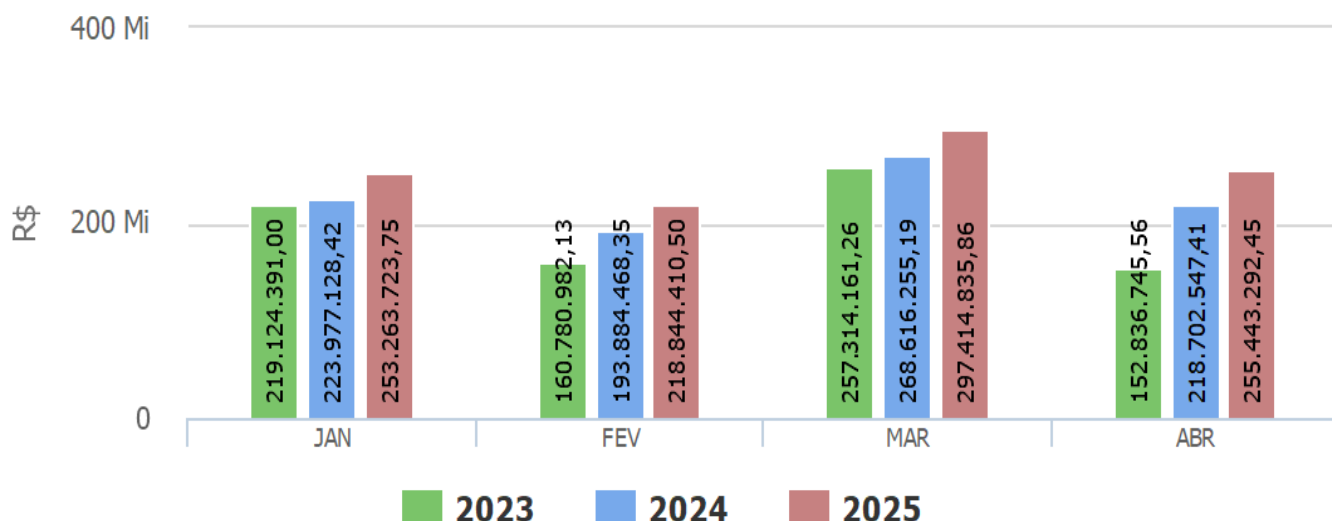
Fonte: RREO

No período apurado, considerando os **dados consolidados do município**, ocorreu um **superávit** orçamentário de **R\$ 361.732.633,75**.

A seguir, apresentamos dados detalhados das principais receitas e despesas da Prefeitura neste 1º quadrimestre de 2025.

## 1.2 Receitas

O gráfico a seguir, demonstra a evolução mensal das Receitas Arrecadadas pela Prefeitura (Administração Direta + Fundos) nos últimos 3 exercícios:



A Receita realizada pela Prefeitura (Administração Direta + Fundos) até o mês de abril de 2025, totalizou o montante de **R\$ 1.024.966.262,56**, configurando um crescimento de **13,23%** em comparação com a arrecadação do mesmo período do ano anterior.

A Tabela 02 apresenta a evolução das principais receitas realizadas no primeiro quadrimestre de 2025 em comparação com o arrecadado no primeiro quadrimestre do ano anterior e a receita prevista para o período, demonstrando a variação em termos monetários e percentuais.

**Tabela 02 – Principais Receitas da Prefeitura**

Principais Receitas	Arrecadado até Abril/2024 (a)	Previsto até Abril/2025 (b)	Arrecadado até Abril/2025 ( c)	Crescimento/ Queda			
				Previsto x Arrecadado em 2025 (c-b)	%	Arrecadado 2024/2025 (c-a)	%
IPTU	91.616.462,68	97.391.000,00	96.174.259,00	-1.216.741,00	<b>-1,25%</b>	4.557.796,32	<b>4,97%</b>
ISS	124.663.229,49	139.023.000,00	130.872.544,45	-8.150.455,55	<b>-5,86%</b>	6.209.314,96	<b>4,98%</b>
FUNDEB	96.981.603,44	102.970.000,00	100.896.420,87	-2.073.579,13	<b>-2,01%</b>	3.914.817,43	<b>4,04%</b>
FPM*	36.214.993,40	38.444.000,00	38.329.499,16	-114.500,84	<b>-0,30%</b>	2.114.505,76	<b>5,84%</b>
ICMS*	176.065.342,71	192.496.000,00	196.154.039,94	3.658.039,94	<b>1,90%</b>	20.088.697,23	<b>11,41%</b>
IPVA*	100.157.570,31	106.352.000,00	107.805.492,84	1.453.492,84	<b>1,37%</b>	7.647.922,53	<b>7,64%</b>
ITBI	20.252.140,54	21.511.000,00	24.682.446,49	3.171.446,49	<b>14,74%</b>	4.430.305,95	<b>21,88%</b>
IRRF - Outros Rendimentos	27.292.917,92	21.863.000,00	26.982.493,07	5.119.493,07	<b>23,42%</b>	-310.424,85	<b>-1,14%</b>
IRRF - Trabalho	16.870.353,48	21.479.000,00	19.203.287,78	-2.275.712,22	<b>-10,60%</b>	2.332.934,30	<b>13,83%</b>
Demais Receitas Correntes	211.699.515,52	220.039.283,08	222.411.937,46	2.372.654,38	<b>1,08%</b>	10.712.421,94	<b>5,06%</b>
Receita De Capital	3.366.269,88	89.414.664,00	61.453.841,50	-27.960.822,50	<b>-31,27%</b>	58.087.571,62	<b>1725,58%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>R\$ 905.180.399,37</b>	<b>R\$ 1.050.982.947,08</b>	<b>R\$ 1.024.966.262,56</b>	<b>-R\$ 26.016.684,52</b>	<b>-2,48%</b>	<b>R\$ 119.785.863,19</b>	<b>13,23%</b>

\*Valores apresentados já com dedução para formação do FUNDEB



As **Receitas Arrecadadas** no primeiro quadrimestre de 2025 tiveram um aumento de 13,23% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que totaliza o montante de R\$ 119.785.863,19. Já em comparação com as Receitas Previstas para o período, as receitas ficaram abaixo do esperado em 2,48%, que representa o valor de R\$ 26.016.684,52 – resultado que se deve sobretudo às Receitas de Capital.

Das **Receitas Correntes** elencadas, pode-se observar que houve aumento em relação ao primeiro quadrimestre de 2024, exceto pela receita de “IRRF – Outros Rendimentos” que teve queda de 1,14% (310.424,85). Entre as receitas que tiveram maior aumento em termos percentuais, destacam-se o ITBI; “IRRF – Trabalho” e ICMS – que tiveram alta de 21,88%, 13,83% e 11,41%, respectivamente. Já em termos monetários, destacam-se ICMS, IPVA e ISS, que tiveram variação positiva em R\$ 20.088.697,23; R\$ 7.647.922,53 e R\$ 6.209.314,96, respectivamente.

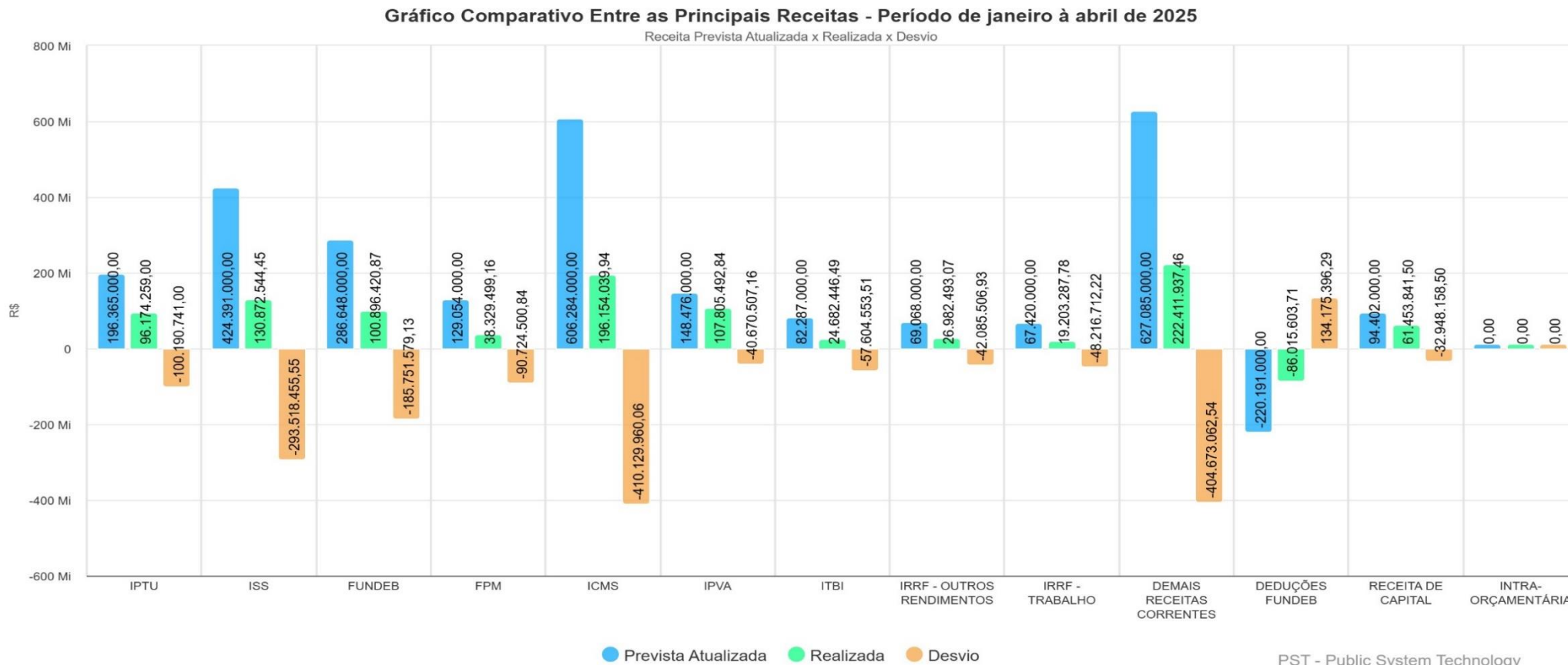
Em relação as receitas correntes previstas para o período, os destaques positivos são “IRRF-Outros Rendimentos”; ICMS e ITBI que superaram as expectativas em R\$ 5.119.493,07 (23,42%) ; R\$ 3.658.039,94 (1,90%) e R\$ 3.171.446,49 (14,74%), respectivamente. Entre as receitas que ficaram abaixo do previsto, destacam-se o ISS, “IRRF-Trabalho” e FUNDEB, representando quedas de R\$ -8.150.455,55 (-5,86%); R\$ -2.275.712,22 (-10,60%) e R\$ -2.073.579,13 (-2,01%), respectivamente.

De modo geral, as **Receitas Correntes** tiveram aumento de 6,84% em relação à 2024 e 0,20% em relação ao previsto, ficando muito próximas da estimativa para o período.

Quanto as **Receitas de Capital**, houve um ingresso de **R\$ 61.453.841,50** representando uma alta de **1725,58%** em comparação com o exercício anterior. Tal aumento deve-se principalmente às Operações de Crédito (R\$ 59.882.221,55) considerando os desembolsos decorrentes do andamento de licitações vinculadas às operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal – FINISA – e à Agência de Fomento do Governo do Estado de São Paulo – Desenvolve SP.

Em que pese o aumento em relação ao ano anterior, as **Receitas de Capital** ficaram abaixo do esperado no período, uma vez que a previsão ficou concentrada no mês de janeiro, no qual foi estimado o valor de R\$ 87.395.166,00 em Operações de Crédito. Nesse sentido, as Receitas de Capital ficaram abaixo do previsto em R\$ 27.960.822,50, sendo o principal fator que influenciou e impactou o resultado final da Receita no primeiro quadrimestre de 2025, que ficou **abaixo do previsto em 2,48%**.

O gráfico abaixo apresenta o confronto entre as principais receitas previstas para o ano (coluna azul) e as receitas realizadas até abril de 2025 (coluna verde). A coluna laranja representa o desvio, positivo ou negativo, em relação à previsão anual inicial:



Vale ressaltar que o Desvio da Receita (coluna laranja) é o comparativo da receita realizada até abril com a previsão anual, ou seja, o município tem mais dois quadrimestres para atingir a receita prevista inicialmente.



## 1.2.1 Receita de Dívida Ativa

Quanto ao registro contábil da Dívida Ativa no exercício de 2025, não foram identificadas discrepâncias nos recebimentos, uma vez que a conta de controle (8.3.2.4.00.00) registrou **R\$ 14.867.747,46** frente aos **R\$ 14.867.747,46** do efetivo recebimento da Dívida Ativa.

O comportamento da Dívida Ativa até o momento está relatado no quadro abaixo:

Dívida Ativa	2025
1 - Saldo Inicial da Dívida Ativa	R\$ 2.973.375.121,36
2 - (-) Saldo Inicial da Provisão para Perdas	R\$ 58.916.639,66
3 - (-) Recebimentos	R\$ 14.867.747,46
4 - (%) Percentual Recebimento Apurado (AV 3/1*100)	0,50%
5 - (-) Cancelamentos	R\$ 0,00
6 - (%) Percentual Cancelamento Apurado (AV 5/1*100)	0,00%
7 - (+) Inscrição / Atualização	R\$ 96.069.054,80
8 - (-) Ajustes da Provisão para Perdas	R\$ 0,00
9 - (=) Saldo da Dívida Ativa	R\$ 2.995.659.789,04
10 - (%) Percentual Redução/Aumento Apurado ((9-(1-2))/(1-2)*100)	2,79%
11 - (+/-) Diferenças a Ajustar	R\$ -3.000.000,00
12 - (=) Saldo da Dívida Ativa Ajustado	R\$ 2.992.659.789,04
13 - (%) Perc. Redução/Aumento Apurado Após o Ajuste ((12-(1-2))/(1-2)*100)	2,68%

A dívida ativa se comportou desfavoravelmente no primeiro quadrimestre de 2025 com uma queda de arrecadação no valor de **R\$ -3.886.750,94** comparada com o mesmo período do exercício anterior, passando de R\$ 18,7 milhões em 2024 para R\$ 14,8 milhões em 2025.

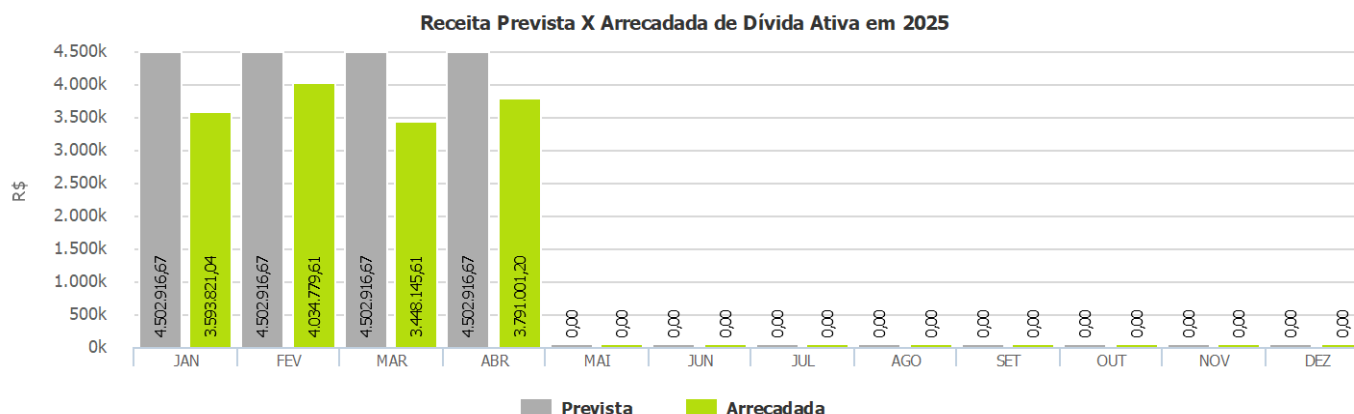
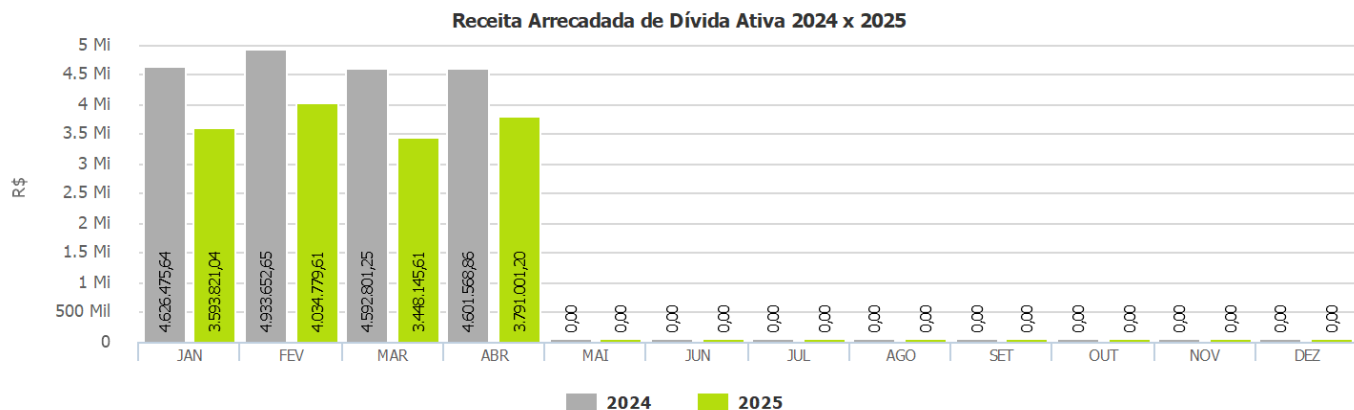
A receita arrecadada também ficou abaixo do previsto para o período em todos os meses, totalizando uma queda de **R\$ -3.143.919,21**. Os recebimentos até o momento representam 0,50% do estoque da dívida e não houve cancelamentos no período apurado.

O comportamento da arrecadação das receitas de dívida ativa ao longo dos meses pode ser acompanhado na Tabela a seguir:

**Tabela 03 – Receita de Dívida Ativa**

Mês	Arrec. 2024 (a)	Prev / Atual 2025 (b)	Arrec 2025 (c)	2024 x 2025 (d=c-a)	% (e=d/a)	Prev.Atual/Ar rec. (f=c-b)	% (g=c/b)
Jan	4.626.475,64	4.502.916,67	3.593.821,04	-1.032.654,60	-22,32%	-909.095,63	79,81%
Fev	4.933.652,65	4.502.916,67	4.034.779,61	-898.873,04	-18,22%	-468.137,06	89,60%
Mar	4.592.801,25	4.502.916,67	3.448.145,61	-1.144.655,64	-24,92%	-1.054.771,06	76,58%
Abr	4.601.568,86	4.502.916,67	3.791.001,20	-810.567,66	-17,62%	-711.915,47	84,19%
<b>Total</b>	<b>18.754.498,40</b>	<b>18.011.666,67</b>	<b>14.867.747,46</b>	<b>-3.886.750,94</b>	<b>-20,72%</b>	<b>-3.143.919,21</b>	<b>82,55%</b>

Os gráficos a seguir demonstram, respectivamente, a comparação entre a Receita Arrecadada de Dívida Ativa dos últimos dois exercícios e a Receita Prevista x Receita Arrecadada para 2025.



A Prefeitura modificou a estrutura administrativa da Secretaria de Finanças, transferindo as unidades relacionadas à Dívida Ativa Municipal para a Procuradoria de Execuções Fiscais – pertencente a Procuradoria Geral do Município, por meio da Lei Complementar nº 456, de 19 de junho de 2024 com o fito de aperfeiçoar a cobrança dos débitos de natureza tributária e não tributária do Município. A lei instituiu a criação de uma Divisão de Recuperação Fiscal, composta por um Setor de Cobrança Administrativa e Extrajudicial e um Setor de Atendimento ao Público.

### RECOMENDAÇÃO:

Tendo em vista a queda na arrecadação dos valores inerentes à dívida ativa no primeiro quadrimestre, somado aos constantes apontamentos recebidos pelo município nos últimos Relatórios de Contas Anuais do TCESP sobre “*Possível falta de planejamento e medidas efetivas de cobrança da Dívida Ativa Municipal*”, recomenda-se que o Município verifique e monitore o reflexo das medidas implementadas, a fim de avaliar se contribuíram efetivamente para a diminuição do estoque da dívida ativa, bem como trabalhe na busca de outras alternativas, se necessário, que resultem em melhorias e reflitam no aumento do percentual de recebimento das Receitas com Dívida Ativa.

## 1.3 Despesas

As despesas orçamentárias da Prefeitura (Administração Direta + Fundos) estão demonstradas na tabela 04, que apresenta a dotação atualizada para o exercício e as despesas empenhadas e liquidadas até abril de 2025.

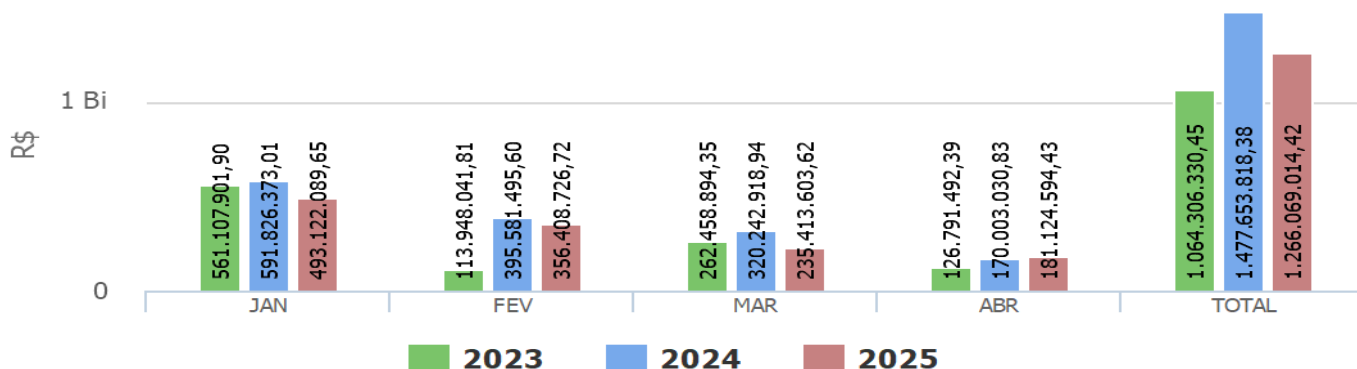
**Tabela 04 – Despesas por Categoria Econômica**

DESPESAS	Dotação Atualizada Anual para 2025	Despesa Empenhada até Abril de 2025	Despesa Liquidada até Abril de 2025	% Despesa Executada
<b>Despesas Correntes</b>	<b>2.310.881.431,87</b>	<b>1.079.071.853,36</b>	<b>584.075.169,90</b>	<b>25,27%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	909.938.407,98	263.628.421,62	257.663.545,26	28,32%
Juros e Encargos da Dívida	18.861.000,00	16.024.000,00	7.580.072,32	40,19%
Outras Despesas Correntes	1.382.082.023,89	799.419.431,74	318.831.552,32	23,07%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>202.215.523,82</b>	<b>141.545.922,25</b>	<b>60.845.752,40</b>	<b>30,09%</b>
Investimentos	183.615.423,82	132.414.608,05	57.954.325,88	31,56%
Amortização / Refinanciamento da Dívida	18.600.100,00	9.131.314,20	2.891.426,52	15,55%
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>1.000.000,00</b>	-	-	-
<b>Despesas Intra Orçamentárias</b>	<b>84.703.500,00</b>	<b>45.451.238,81</b>	<b>22.199.943,41</b>	<b>26,21%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>2.598.800.455,69</b>	<b>1.266.069.014,42</b>	<b>667.120.865,71</b>	<b>25,67%</b>

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

Conforme demonstrado na Tabela 04 acima, as **Despesas Empenhadas** até abril de 2025 totalizaram **R\$ 1.266.069.014,42**. Esse valor representa uma redução de **14,32%** quando comparado ao mesmo período de 2024, e um aumento de **18,96%** em relação ao mesmo período de 2023, como é possível observar no gráfico a seguir:

**Despesas Empenhadas**



Vale ressaltar que as Despesas Empenhadas tendem a ser maiores que as Liquidadas no início do exercício, uma vez que muitas despesas são empenhadas de modo global, ou seja, há o empenho do valor de todo o contrato para o ano.

Com relação as **Despesas Liquidadas**, as *Despesas Correntes* somaram o valor de **R\$ 584.075.169,90** conforme já demonstrado na tabela 04, sendo que os grupos mais representativos dessa categoria foram “**Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**” e “**Outras Despesas Correntes**”, que contemplam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, prestação de serviços em geral, convênios, subvenções sociais, subvenções econômicas, locação de mão de obra, contrato de parceria público-privada, entre outros.

Já as *Despesas de Capital* representaram um montante de aproximadamente **R\$ 60,8 milhões** no período, sendo atribuídos à **Investimentos (R\$ 57,96 milhões)** e **Amortizações e Refinanciamento da Dívida (R\$ 2,89 milhões)**.

Analisando sob o ponto de vista da classificação funcional, considerando as despesas liquidadas, é possível avaliar que a maior parte da aplicação se concentra nas funções **Saúde e Educação**, que juntas representam cerca de **58,05%** das despesas liquidadas da Prefeitura, somando **R\$ 387.238.168,97**. O detalhamento pode ser observado na tabela a seguir:

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADA	% (Liq)
<b>03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>	<b>2.300.000,00</b>	<b>584.924,83</b>	<b>53.086,69</b>	<b>0,008%</b>
092 - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	2.300.000,00	584.924,83	53.086,69	0,008%
<b>04 - ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>188.388.969,76</b>	<b>79.260.940,52</b>	<b>42.415.361,67</b>	<b>6,358%</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	138.055.378,65	58.906.517,90	35.222.748,31	5,280%
125 - NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	15.695.591,11	14.365.737,51	5.322.663,79	0,798%
123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	12.010.000,00	4.530.207,22	1.482.015,22	0,222%
126 - TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	5.428.000,00	836.040,33	165.673,06	0,025%
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	12.566.000,00	252.974,96	113.679,06	0,017%
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	556.000,00	186.000,00	62.716,58	0,009%
124 - CONTROLE INTERNO	1.289.000,00	183.462,60	45.865,65	0,007%
130 - ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	10.000,00	-	-	0,000%
121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.000.000,00	-	-	0,000%
127 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.779.000,00	-	-	0,000%
<b>06 - SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>58.039.000,00</b>	<b>18.160.516,04</b>	<b>15.283.380,48</b>	<b>2,291%</b>
181 - POLICIAMENTO	55.630.000,00	16.603.992,22	14.884.084,23	2,231%
182 - DEFESA CIVIL	1.729.000,00	995.198,65	226.608,15	0,034%
183 - INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	435.000,00	380.020,67	124.907,36	0,019%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	245.000,00	181.304,50	47.780,74	0,007%
<b>08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>77.763.109,91</b>	<b>39.169.182,42</b>	<b>21.339.211,48</b>	<b>3,199%</b>
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	54.845.109,91	30.556.423,74	15.988.470,00	2,397%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.274.000,00	5.412.418,92	4.473.902,24	0,671%
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.106.000,00	2.194.867,34	437.011,06	0,066%

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	% (Liq)
241 - ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	1.528.000,00	1.005.472,42	439.828,18	0,066%
242 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10.000,00	-	-	0,000%
<b>09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>39.300.000,00</b>	<b>14.815.808,12</b>	<b>12.096.902,13</b>	<b>1,813%</b>
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	39.000.000,00	14.734.531,02	12.015.625,05	1,801%
274 - PREVIDÊNCIA ESPECIAL	300.000,00	81.277,10	81.277,08	0,012%
<b>10 - SAÚDE</b>	<b>838.748.859,32</b>	<b>430.775.009,22</b>	<b>223.840.257,72</b>	<b>33,553%</b>
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	477.964.764,05	267.934.723,32	136.998.163,23	20,536%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	165.830.000,00	101.111.539,49	36.951.295,10	5,539%
301 - ATENÇÃO BÁSICA	163.600.756,06	52.437.029,01	42.835.529,60	6,421%
304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	18.801.123,72	6.918.192,56	5.960.760,72	0,894%
303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	10.455.215,49	1.471.793,33	596.651,03	0,089%
305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	2.097.000,00	901.731,51	497.858,04	0,075%
<b>11 - TRABALHO</b>	<b>20.260.500,00</b>	<b>7.810.614,15</b>	<b>3.032.708,95</b>	<b>0,455%</b>
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	16.114.500,00	7.314.225,16	2.635.608,54	0,395%
334 - FOMENTO AO TRABALHO	2.636.000,00	490.218,18	392.937,01	0,059%
332 - RELAÇÃO DE TRABALHO	1.510.000,00	6.170,81	4.163,40	0,001%
<b>12 - EDUCAÇÃO</b>	<b>683.835.607,98</b>	<b>256.704.538,28</b>	<b>163.397.911,25</b>	<b>24,493%</b>
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	386.102.000,00	133.597.699,83	95.174.448,44	14,266%
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	235.854.607,98	78.549.050,08	53.252.606,22	7,982%
243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	43.639.000,00	36.289.581,10	8.696.618,80	1,304%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.514.000,00	6.163.980,23	5.006.633,34	0,750%
362 - ENSINO MÉDIO	5.700.000,00	1.716.256,62	979.588,00	0,147%
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.026.000,00	387.970,42	288.016,45	0,043%
<b>13 - CULTURA</b>	<b>17.508.000,00</b>	<b>3.674.864,23</b>	<b>1.705.213,16</b>	<b>0,256%</b>
392 - DIFUSÃO CULTURAL	13.394.000,00	3.456.628,33	1.612.711,56	0,242%
391 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	4.114.000,00	218.235,90	92.501,60	0,014%
<b>14 - DIREITOS DA CIDADANIA</b>	<b>907.000,00</b>	<b>5.113,70</b>	<b>-</b>	<b>0,000%</b>
422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	907.000,00	5.113,70	-	0,000%
<b>15 - URBANISMO</b>	<b>267.340.408,72</b>	<b>206.321.355,26</b>	<b>81.712.738,65</b>	<b>12,249%</b>
452 - SERVIÇOS URBANOS	159.651.567,10	138.370.797,24	52.716.642,66	7,902%
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	68.193.841,62	36.991.184,22	20.813.793,34	3,120%
453 - TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	38.995.000,00	30.959.373,80	8.182.302,65	1,227%
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	500.000,00	-	-	0,000%
<b>16 - HABITAÇÃO</b>	<b>7.475.000,00</b>	<b>1.130.094,50</b>	<b>249.117,81</b>	<b>0,037%</b>
482 - HABITAÇÃO URBANA	5.475.000,00	1.027.625,39	204.318,14	0,031%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000.000,00	102.469,11	44.799,67	0,007%
<b>18 - GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>218.785.000,00</b>	<b>114.733.096,39</b>	<b>57.714.798,27</b>	<b>8,651%</b>
542 - CONTROLE AMBIENTAL	156.207.000,00	83.537.861,98	40.995.046,56	6,145%
541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	47.788.000,00	27.771.940,92	14.689.189,76	2,202%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	13.505.000,00	3.016.230,13	1.771.276,41	0,266%
813 - LAZER	710.000,00	359.617,91	213.385,54	0,032%
544 - RECURSOS HÍDRICOS	575.000,00	47.445,45	45.900,00	0,007%
<b>19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	<b>534.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>155.912,31</b>	<b>0,023%</b>
572 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	534.000,00	500.000,00	155.912,31	0,023%



FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	% (Liq)
<b>20 - AGRICULTURA</b>	<b>26.792.000,00</b>	<b>6.250.489,47</b>	<b>3.682.039,91</b>	<b>0,552%</b>
606 - EXTENSÃO RURAL	10.450.000,00	3.259.116,29	1.298.757,13	0,195%
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.659.000,00	1.772.285,18	1.721.332,78	0,258%
605 - ABASTECIMENTO	9.683.000,00	1.219.088,00	661.950,00	0,099%
<b>22 - INDÚSTRIA</b>	<b>194.000,00</b>	-	-	<b>0,000%</b>
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	194.000,00	-	-	0,000%
<b>23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>6.172.000,00</b>	<b>951.088,26</b>	<b>649.303,12</b>	<b>0,097%</b>
695 - TURISMO	6.172.000,00	951.088,26	649.303,12	0,097%
<b>26 - TRANSPORTE</b>	<b>500.000,00</b>	<b>98.920,36</b>	<b>54.955,39</b>	<b>0,008%</b>
781 - TRANSPORTE AÉREO	500.000,00	98.920,36	54.955,39	0,008%
<b>27 - DESPORTO E LAZER</b>	<b>19.542.000,00</b>	<b>6.038.585,58</b>	<b>3.798.154,81</b>	<b>0,569%</b>
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.348.000,00	3.320.648,35	2.750.949,56	0,412%
811 - DESPORTO DE RENDIMENTO	5.260.000,00	1.981.226,59	901.508,60	0,135%
813 - LAZER	2.914.000,00	736.710,64	145.696,65	0,022%
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO	20.000,00	-	-	0,000%
<b>28 - ENCARGOS ESPECIAIS</b>	<b>123.415.000,00</b>	<b>79.083.873,09</b>	<b>35.939.811,91</b>	<b>5,387%</b>
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	123.415.000,00	79.083.873,09	35.939.811,91	5,387%
<b>99 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA</b>	<b>1.000.000,00</b>	-	-	<b>0,000%</b>
999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA GERAL	1.000.000,00	-	-	0,000%
<b>Total Geral</b>	<b>2.598.800.455,69</b>	<b>1.266.069.014,42</b>	<b>667.120.865,71</b>	<b>100,000%</b>

Fonte: DimRel

\*As porcentagens apresentadas aqui, são relacionadas às despesas por função em relação à despesa total, e não devem ser confundidas com os índices utilizados para cálculo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Saúde.

Além das despesas com Saúde e Educação, as funções com despesas mais representativas da Prefeitura são Urbanismo (12,25%) e Gestão Ambiental (8,65%), cujos principais custos são:

- **451- Infraestrutura Urbana:** Modernização da Iluminação Pública; locação de tratores e caminhões; serviços de desobstrução, correção e saída e limpeza de margens do Rio Piracicaba (dentro da área urbana do município); limpeza e manutenção de vias públicas, guias e sarjetas.
- **452- Serviços Urbanos:** Obras de pavimentação/ recapeamento asfáltico; manutenção e conservação de vias (tapa buraco); sistema de vídeo monitoramento; serviços de engenharia de trânsito (sinalização).
- **453 – Transportes Coletivos Urbanos:** subvenção econômica para subsídio do sistema público do transporte coletivo do município.
- **542 – Controle Ambiental:** serviços de Limpeza Pública (manejo de resíduos sólidos); serviços de varrição; serviços de coleta de resíduos de serviços da saúde.
- **541 – Preservação e Conservação Ambiental** – serviços de conservação e manutenção de áreas verdes; e serviços de limpeza e poda de árvores.



## 1.4 Receitas X Despesas

O quadro abaixo demonstra o resultado orçamentário decorrente do confronto entre as despesas empenhadas/liquidadas/pagas e a receita arrecadada da Prefeitura (Adm. Direta + Fundos):

Resultado Orçamentário	Valores Expressos em R\$	%	Despesa Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.024.966.262,56		
Despesa Empenhada	R\$ 1.266.069.014,42		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ -241.102.751,86	<b>-23,52</b>	
Despesa Liquidada	R\$ 667.120.865,71		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ 357.845.396,85	<b>34,91</b>	
Despesa Paga	R\$ 654.468.423,56		
Variação (DÉFICIT/SUPERÁVIT)	R\$ 370.497.839,00	<b>36,15</b>	

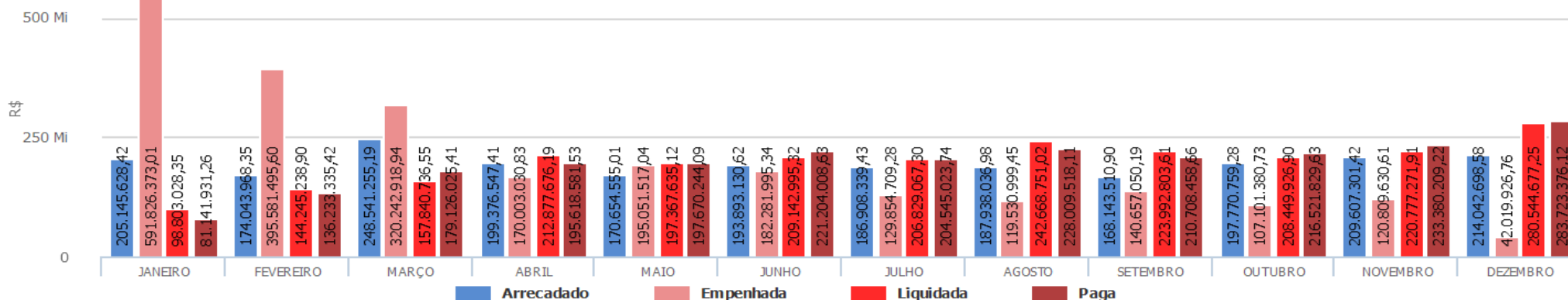
No que concerne ao confronto entre as **Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas**, considerando que a maior parte dos empenhos se concentram no início do exercício ao passo que a arrecadação das receitas se dá ao longo dos meses, o primeiro quadrimestre de 2025 finalizou com cenário deficitário de -23,52%.

Já em um confronto isolado entre Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas (R\$ 1.024.966.262,56 x R\$ 667.120.865,71), tem-se um cenário **superavitário** de **R\$ 357.845.396,85** (o que representa uma variação de 34,91%), conforme demonstrado no quadro acima.

...

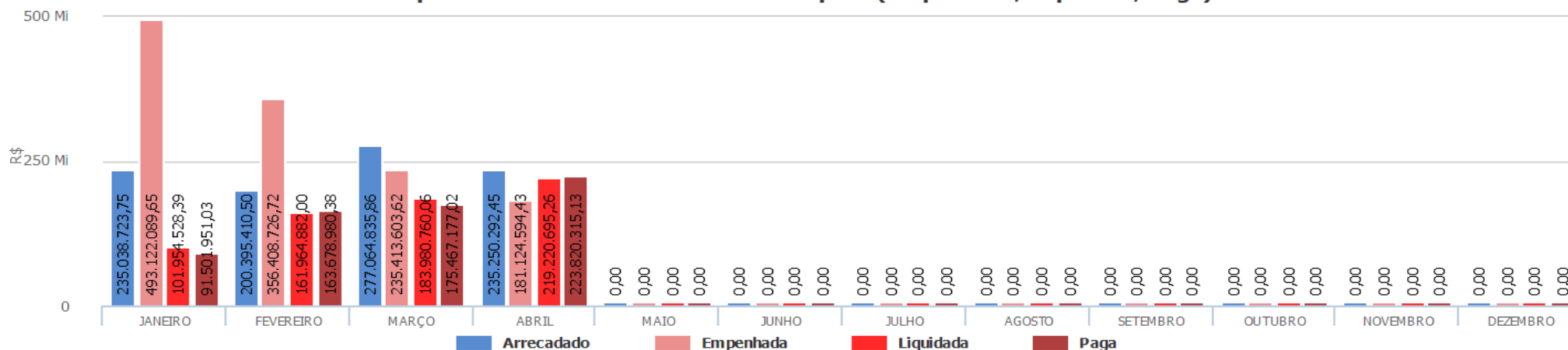
O gráfico a seguir demonstra o comportamento mensal do empenho, liquidação e pagamento, frente a receita arrecadada ao longo do exercício de 2024:

**Comportamento Mensal da Receita x Despesa (Empenhado, Liquidado, Pago)**



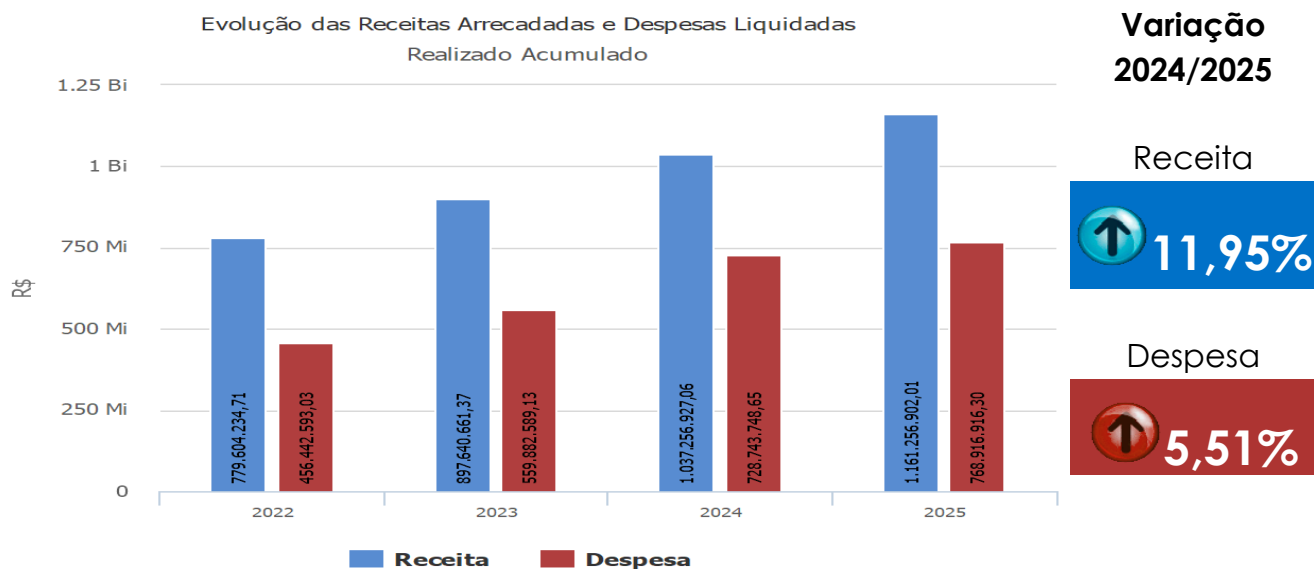
Comparativamente, temos a evolução no exercício de 2025:

**Comportamento Mensal da Receita x Despesa (Empenhado, Liquidado, Pago)**



\*Valores apresentados de Receita Arrecadada exceto repasses intra orçamentários.

Considerando os dados consolidados do Município, o gráfico a seguir demonstra a evolução das receitas arrecadadas e despesas liquidadas no primeiro quadrimestre dos últimos quatro exercícios.



\*Dados consolidados (exceto RPPS)

...

## 1.5 Restos a Pagar

Restos a Pagar são as despesas com compromisso de utilização no orçamento, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro, sendo classificadas como:

- **Restos a Pagar Processados (RPP)** - No momento da inscrição a despesa estava empenhada e liquidada (porém não paga)
- **Restos a Pagar Não Processados (RPNP)** - No momento da inscrição a despesa estava empenhada e não estava liquidada

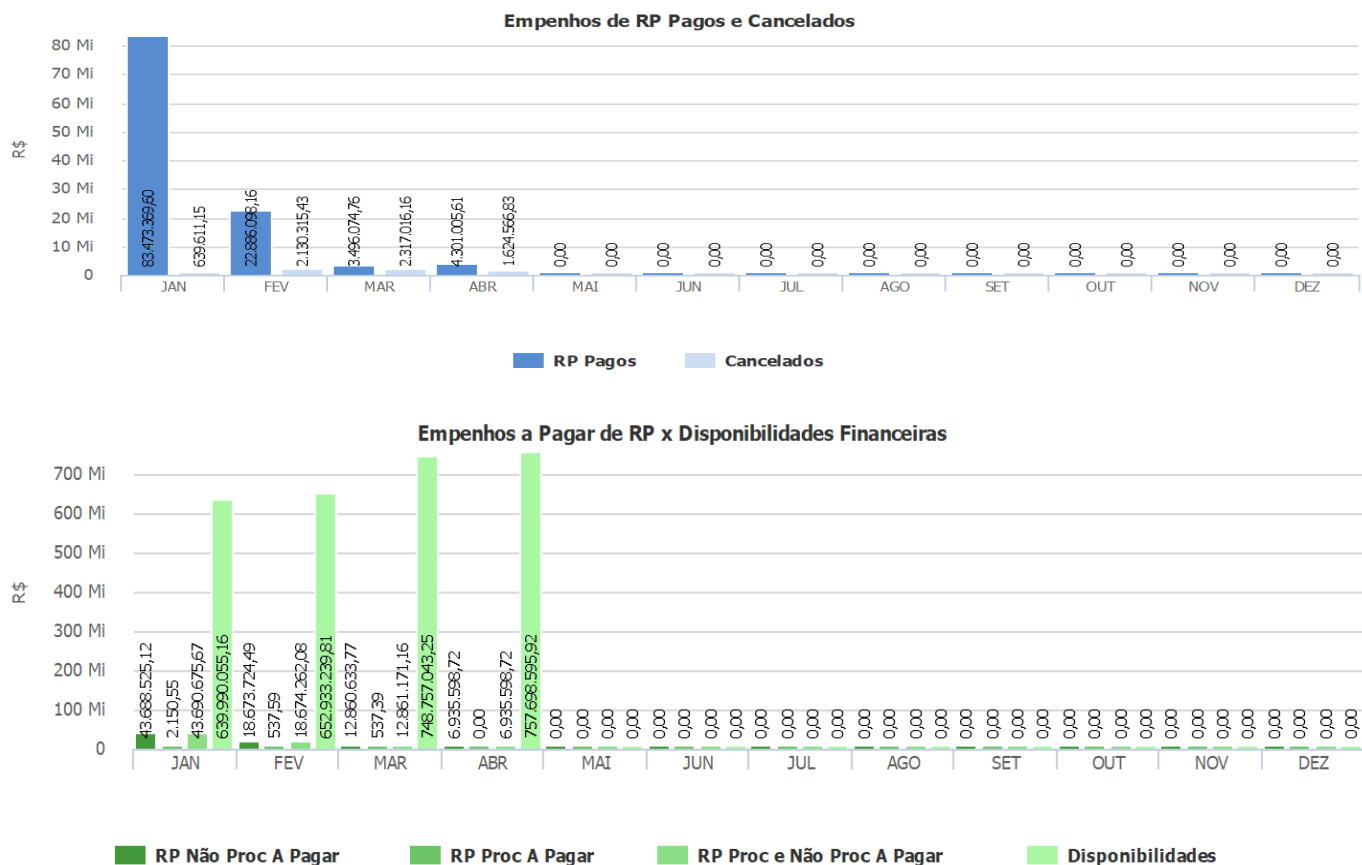
O saldo dos Restos a Pagar da Prefeitura apurados ao final do exercício de 2024 totalizaram em **127.803.656,42**, sendo **R\$ 15.763.266,60** de restos processados e **R\$ 112.040.389,82** de não processados

No atual exercício, foram pagos **R\$ 114.156.548,13 (R\$ 15.747.295,65 RPP + R\$ 98.409.252,48 RPNP)** do montante, além de **R\$ 6.695.538,62** que foram cancelados de Restos a Pagar Não Processados e **R\$ 15.970,95** de Restos a Pagar Processados

**Não houve novas inscrições** neste período, totalizando o saldo em **R\$ 6.935.598,72**. Cabe informar que a entidade registrou disponibilidade financeira de **R\$ 757.698.595,92**.

Resto a Pagar	Saldo Período Anterior	Pagamentos	Cancelamentos	Inscrições	Saldo para o Período Seguinte	% Amortizado no Período
<b>Processados</b>	R\$ 15.763.266,60	R\$ 15.747.295,65	R\$ 15.970,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%
<b>Não Processados</b>	R\$ 112.040.389,82	R\$ 98.409.252,48	R\$ 6.695.538,62	R\$ 0,00	R\$ 6.935.598,72	93,81%
<b>Total Geral</b>	R\$ 127.803.656,42	R\$ 114.156.548,13	R\$ 6.711.509,57	R\$ 0,00	R\$ 6.935.598,72	94,57%

O detalhamento quanto aos restos a pagar pagos e cancelados mensalmente podem ser avaliados nos gráficos a seguir:



### RECOMENDAÇÃO:

É importante ressaltar que conforme orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, a inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

...

## 1.6 Resultado Primário

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com sua arrecadação. O Resultado Primário é calculado com base nos dados consolidados do município, como demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 05 – Resultado Primário**

RECEITAS FISCAIS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Receitas Realizadas
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)</b>	<b>3.237.515.000,00</b>	<b>3.237.515.000,00</b>	<b>1.173.899.237,88</b>
Receita Tributária	982.549.000,00	982.549.000,00	353.135.251,06
Receita de Contribuição	30.270.000,00	30.270.000,00	10.339.638,08
Receita Previdenciária	30.270.000,00	30.270.000,00	10.339.638,08
Receita Patrimonial Líquida	5.158.000,00	5.158.000,00	458.183,63
Receita Patrimonial	66.546.000,00	66.546.000,00	33.793.498,50
(-) Aplicações Financeiras	61.388.000,00	61.388.000,00	33.335.314,87
Transferências Correntes	1.758.910.000,00	1.758.910.000,00	655.805.749,44
Demais Receitas Correntes	460.628.000,00	460.628.000,00	154.160.415,67
Diversas Receitas Correntes	460.628.000,00	460.628.000,00	154.160.415,67
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>183.205.000,00</b>	<b>183.205.000,00</b>	<b>61.453.841,50</b>
Operações de Crédito (III)	180.934.000,00	180.934.000,00	59.882.221,55
Amortização de Empréstimos (IV)	1.920.000,00	1.920.000,00	746.809,13
Alienação de Ativos	18.000,00	18.000,00	0,00
Outras Alienações de Bens	18.000,00	18.000,00	0,00
Transferências de Capital	333.000,00	333.000,00	824.810,82
Convênios	31.000,00	31.000,00	93.691,78
Outras Transferências de Capital	302.000,00	302.000,00	731.119,04
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (II-III-IV-V-VI)</b>	<b>351.000,00</b>	<b>351.000,00</b>	<b>824.810,82</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)</b>	<b>220.191.000,00</b>	<b>220.191.000,00</b>	<b>86.926.889,97</b>
<b>RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX) = (I+VII-VIII)</b>	<b>3.017.675.000,00</b>	<b>3.017.675.000,00</b>	<b>1.087.797.158,73</b>
DESPESAS FISCAIS	Dotação Anual Inicial	Dotação Anual Atualizada	Despesas Líquidas até o Período
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>2.914.589.200,00</b>	<b>3.007.066.831,87</b>	<b>758.753.737,73</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.260.166.800,00	1.287.828.407,98	366.217.701,70
Juros e Encargos da Dívida (XI)	22.162.000,00	21.062.000,00	8.060.294,82
Outras Despesas Correntes	1.632.260.400,00	1.698.176.423,89	384.475.741,21
<b>DESP. FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	<b>2.892.427.200,00</b>	<b>2.986.004.831,87</b>	<b>750.693.442,91</b>
<b>DESPESA DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>281.917.300,00</b>	<b>323.731.123,82</b>	<b>62.157.734,00</b>
Investimentos	260.965.200,00	302.779.023,82	58.715.255,68
Amortização da Dívida (XVI)	20.952.100,00	20.952.100,00	3.442.478,32
<b>DESP. FISCAIS DE CAPITAL (XVII) = (XIII-XIV-XV-XVI)</b>	<b>260.965.200,00</b>	<b>302.779.023,82</b>	<b>58.715.255,68</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)</b>	<b>59.810.000,00</b>	<b>59.810.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX) = (XII+XVII+XVIII)</b>	<b>3.213.202.400,00</b>	<b>3.348.593.855,69</b>	<b>809.408.698,59</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)</b>	<b>-195.527.400,00</b>	<b>-330.918.855,69</b>	<b>278.388.460,14</b>



O Resultado Primário do município apresentou um **superávit de R\$ 278.388.460,14** no período de janeiro a abril de 2025.

O valor acompanha a tendência de superávit do Município nos últimos anos, ou seja, as receitas primárias superaram as despesas primárias demonstrando o equilíbrio das contas municipais.

**Tabela 06 - Evolução do Resultado Primário dos exercícios anteriores**

Ano	2021	2022	2023	2024	2025*
<b>Resultado Primário</b>	311.255.513,19	329.838.168,23	177.771.778,25	14.863.008,84	278.388.460,14

\*período de janeiro a abril.

...

## 1.7 Resultado Nominal

O Resultado Nominal compreende o resultado da variação da dívida fiscal líquida do setor público deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos. A Dívida Consolidada representa o montante total das obrigações financeiras do município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito e outras operações de financiamento e refinanciamento, com prazo de amortização superior a 12 meses.

A tabela 07 apresenta o Demonstrativo do Resultado Nominal – Exceto órgão de previdência – no 1º Quadrimestre de 2025.

**Tabela 07 – Resultado nominal**

	Saldo em 12/2024	Saldo em 04/2025
<b>Dívida Consolidada (I) = (a+d)</b>	<b>186.593.654,97</b>	<b>241.824.088,37</b>
Dívida Contratual (a) = (b+c)	183.417.027,61	238.476.159,60
Parcelamentos de Dívidas (b)	38.956.053,93	37.117.389,57
De Tributos	10.621.498,42	9.270.059,47
De Contribuições Sociais (Previdenciárias)	24.145.119,81	23.857.302,89
Do FGTS	4.189.435,70	3.990.027,21
Demais Dívidas Contratuais (c)	144.460.973,68	201.358.770,03
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos (d)	3.176.627,36	3.347.928,77
<b>Deduções (II)</b>	<b>680.010.782,69</b>	<b>941.903.367,13</b>
Ativo Disponível	714.713.101,47	919.994.209,05
Haveres Financeiros	39.360.520,78	55.756.427,74
(-) Restos a Pagar Processados	20.965.389,86	803.227,82
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	53.097.449,70	33.044.041,84
<b>Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)</b>	<b>-493.417.127,72</b>	<b>-700.079.278,76</b>
Receita de Privatizações (IV)	0	0
Passivos Reconhecidos (V)	38.956.053,93	37.117.389,57
<b>Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)</b>	<b>-532.373.181,65</b>	<b>-737.196.668,33</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		<b>Período de Referência</b>
		<b>01/2025 a 04/2025</b>
		<b>-204.823.486,68</b>

Nota Explicativa: Quando a DCL é negativa significa que o município não acumula Dívida Consolidada Líquida.

Nota Explicativa: Dados consolidados exceto órgão de previdência e/ou fundo de previdência.

Com relação aos dados apresentados, a variação da Dívida Consolidada (I) no primeiro quadrimestre de 2025 deu-se principalmente pelo aumento de Dívidas Contratuais, especialmente as operações de crédito firmadas pelo município, cujo desembolso se intensificou com o andamento das

execuções contratuais. A Dívida Consolidada inclui ainda, parcelamentos de dívidas de Tributos, de Contribuições Sociais (Previdenciárias) e do FGTS; e Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) considera o montante da dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Diante dos dados, observa-se que houve um aumento do “Ativo Disponível” e dos “Haveres Financeiros”, resultando em uma DCL negativa, o que significa dizer que as disponibilidades estão maiores que a dívida consolidada.

Em outras palavras, o andamento dos contratos e respectivos desembolsos vinculados às operações de créditos influenciou significativamente na dívida consolidada, que aumentou cerca de 29,6% em relação a 2024, ao passo que as disponibilidades tiveram uma variação positiva de cerca de 38,5% na apuração do final do 1º quadrimestre de 2025, matematicamente, diminuindo a dívida fiscal líquida em R\$ 204.823.486,68, denotando regularidade do município.

...

## 2. Limites constitucionais

Na sequência deste relatório, apresenta-se a verificação do cumprimento dos limites constitucionais relativos a despesa com pessoal e a aplicação dos recursos em saúde e educação.

### 2.1 Receita Corrente Líquida

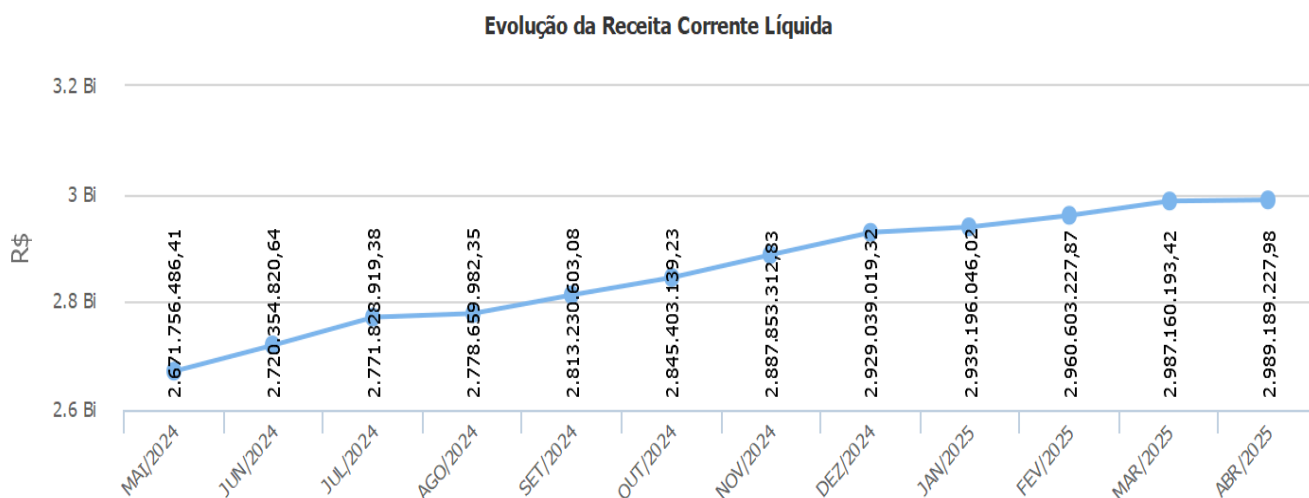
A Receita Corrente Líquida (RCL) é utilizada como parâmetro para diversos indicadores da gestão fiscal e limite de gastos para União, Estados e Municípios. Representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes; e são deduzidas a contribuição dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes de previdência e a retenção para formação do FUNDEB. O cálculo é apurado de maneira consolidada no município considerando os últimos doze meses. A Tabela 08 apresenta a RCL apurada no período analisado.

**Tabela 08 - Evolução da Receita Corrente Líquida Realizada nos Últimos 12 meses**

Especificação	Mai/24 a Abr/25
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>3.263.884.753,74</b>
Receitas Tributárias	942.060.529,62
Receita de Contribuição	32.402.043,63
Receita Patrimonial	116.540.198,27
Receita de Serviços	371.027.197,23
Transferências Correntes	1.715.202.165,51
Outras Receitas Correntes	86.652.619,48
<b>Deduções (II)</b>	<b>274.695.525,76</b>
Contribuição do Servidor a RPPS	32.402.043,63
Receitas de Compensação Previdenciária	20.704.327,45
Ganhos com Apl. Financeira do RPPS	12.511.379,71
Deduções de Receita para Formação do FUNDEB	209.077.774,97
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>2.989.189.227,98</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (IV)	4.434.993,94
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)</b>	<b>2.984.754.234,04</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §16º, da CF) (VI)	0
Vencimento dos Agentes Comunitários De Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (Ec 120/2022)	10.503.528,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)</b>	<b>2.974.250.706,04</b>

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

O gráfico a seguir demonstra a Evolução da RCL dos últimos 12 meses:



É válido ressaltar que a partir do 2º quadrimestre de 2024 houve uma mudança na apuração da Receita Corrente Líquida segundo a metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, uma vez que as Receitas para fins de “Vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (Ec 120/2022)” passaram a ser deduzidas apenas na RCL utilizada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

...

## 2.2 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal nos últimos doze meses estão apresentadas na tabela 09. O limite constitucional representa uma porcentagem da Receita Corrente Líquida.

**Tabela 09 – Despesas com pessoal nos últimos 12 meses**

Despesas com Pessoal	Mai/24 a Abr/25
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Ativo	731.606.254,67
Remuneração de Agentes Políticos	185.483,07
Encargos Sociais	173.878.178,38
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	222.286.919,73
Outras Despesas e Obrigações (variáveis, etc)	64.083.487,71
Compensações a Regimes de Previdência	32.413,22
Despesas de Exercícios Anteriores	6.065,66
Sentenças Judiciais	41.979.123,67
Restos a Pagar não Processados Liquidados	-1.966.257,57
<b>Total de Despesas com Pessoal</b>	<b>1.232.091.668,54</b>
<b>Deduções</b>	
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores	41.985.189,33
Desp. com Inativos e Pensio. custeadas com recursos vinculados	24.989.953,38
Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	10.503.528,00
Restos a Pagar não Processados Liquidados	-1.966.257,57
<b>Total de Deduções</b>	<b>75.512.413,14</b>
<b>Total de Despesas com Pessoal Líquidas</b>	<b>1.156.579.255,40</b>

### Percentual de Limite de Despesas com pessoal:

Receita Corrente Líquida *		2.974.250.706,04
Limite Máximo de Gasto (Art. 20 LRF)	1.606.095.381,26	54,00%
Limite Prudencial 95% (Art. 22 LRF)	1.525.790.612,20	51,30%
Despesa Líquida com Pessoal	1.156.579.255,40	38,89%

\*Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

Fonte: PST (Metodologia Audesp)



O gráfico a seguir demonstra a evolução das Despesas com Pessoal:



Constata-se que as despesas com pessoal apurada no 1º quadrimestre de 2025 estão abaixo do limite máximo e do limite prudencial estipulados no inciso III do art. 20 e art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizando **R\$ 1.156.579.255,40** que representam **38,89%** da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

...

## 2.3 Evolução da Dívida e Limites

Ao final do mês de Abril, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do município apresentou um saldo de **R\$ -700.079.278,76**, sendo este total originário da dívida interna/externa.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em **-23,46%**. Ressalte-se que o limite legal estabelecido pela Resolução nº 40/01 do Senado Federal é de 1,20 vezes (ou 120%) da Receita Corrente Líquida ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento.

	Dez/2024	%	Abr/2025	%
RCL	2.924.606.934,32		2.984.754.234,04	
DCL	-493.417.127,72	-16,87	-700.079.278,76	-23,46
Comprometimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite Legal	3.509.528.321,18	120,00	3.581.705.080,85	120,00

**Nota Explicativa 1:** Quando a DCL é negativa significa que o município não acumula Dívida Consolidada Líquida.

**Nota Explicativa 2:** Dados consolidados exceto órgão de previdência e/ou fundo de previdência.

...

## 2.4 Operações de Crédito

Quanto as operações de crédito, o índice ficou devidamente ajustado ao limite de 16% sobre a RCL – Receita Corrente Líquida, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do Artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, conforme tabela abaixo.

Conforme apontado nos Relatórios de Controle Interno de 2024, houve aumento nas receitas de operação de crédito decorrentes de contratações previstas e autorizadas em lei, cujo andamento das licitações e contratos se deu ao longo do exercício. Em 2025, a receita com Operações de Crédito ainda é reflexo do andamento e execução dessas licitações.

Período	RCL	Operações de Crédito (Exceto ARO)	%	
04/2025	R\$ 2.984.754.234,04	R\$ 59.882.221,55	2,01 %	
<b>Limite Legal</b>		R\$ 477.560.677,45	16,00 %	

...

## 2.5 Análise do Artigo 167-A da CF

O Artigo 167-A da Constituição Federal determina que no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes do ente não pode superar 95% (noventa e cinco por cento). O quadro a seguir demonstra o percentual apurado ao final do 1º quadrimestre de 2025.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 3.054.806.978,77
Despesa Corrente Liquidada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 2.461.235.756,77
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	80,57%

...

## 2.6 Análise dos Duodécimos

O repasse de Duodécimos é uma obrigação constitucional do Poder Executivo Municipal em realizar repasses mensais necessários para o funcionamento da Câmara de Vereadores, obedecendo-se aos limites do art. 29-A da Constituição Federal.

A base de cálculo do duodécimo é a soma da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos art.158 e 159 da CF efetivamente realizadas no exercício anterior e sobre este montante são aplicadas as alíquotas estabelecidas no art. 29-A, que podem variar de acordo com o número de habitantes do Município. No caso de Piracicaba, o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 5% sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas.

As previsões iniciais das transferências financeiras (duodécimos) foram fixadas em **R\$ 62.700.000,00**, correspondente em **3,21%** da Receita Tributária Ampliada, estando, portanto, dentro do limite estipulado do Art. 29 – A, Inciso I da CF. Os repasses mensais até Abril de 2025 ficaram registrados em **R\$ 20.900.000,00**.

Indicadores	Valores	%
Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	1.955.996.334,74	
Limite Máximo Para Transf. de Duodécimos (art. 29-A CF)	97.799.816,74	5,00%
<b>Transferências Financeiras Previstas</b>	<b>62.700.000,00</b>	<b>3,21%</b>

Mês	Repassé	% Repasse Acumulado	Devolvido	% Devolução Mensal
<b>Janeiro</b>	5.225.000,00	8,33%	0	0,00%
<b>Fevereiro</b>	5.225.000,00	16,67%	100.139,71	0,16%
<b>Março</b>	5.225.000,00	25,00%	0	0,00%
<b>Abril</b>	5.225.000,00	33,33%	1.139.724,00	1,82%
<b>TOTAL</b>	<b>20.900.000,00</b>	<b>33,33%</b>	<b>1.239.863,71</b>	<b>1,98%</b>

...

## 2.7 Aplicação dos Recursos em Saúde

Até o mês de abril, o Município aplicou, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de **R\$ 123.467.455,72** reais em ações e serviços públicos de saúde. Este valor representa **16,83%**, frente a arrecadação das receitas de impostos e transferências legais constitucionais que totalizaram R\$ 733,7 milhões.

A aplicação dos recursos encontra-se acima do percentual mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000 para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde pelos entes federativos, demonstrando o **cumprimento** do limite pelo Ente, conforme tabela 10.

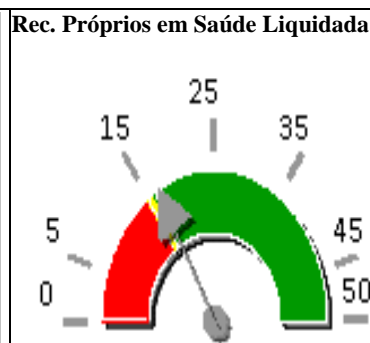
**Tabela 10 - Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde**

Mês	Receita	Aplicação Mínima (15%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	190.325.640,51	28.548.846,08	142.779.588,48	75,02%	31.235.072,32	16,41%	30.904.881,56	16,24%
Fev	162.687.353,02	24.403.102,95	28.972.325,72	17,81%	35.114.994,56	21,58%	35.094.684,77	21,57%
Mar	218.175.607,40	32.726.341,11	26.904.218,56	12,33%	35.366.628,43	16,21%	35.207.364,56	16,14%
Abr	162.587.193,94	24.388.079,09	12.144.413,13	7,47%	21.750.760,41	13,38%	21.938.559,83	13,49%
<b>Total</b>	<b>733.775.794,87</b>	<b>110.066.369,23</b>	<b>210.800.545,89</b>	<b>28,73%</b>	<b>123.467.455,72</b>	<b>16,83%</b>	<b>123.145.490,72</b>	<b>16,78%</b>

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos dados apurados:

Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Saúde Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 733.775.794,87		
Despesa Empenhada	R\$ 210.800.545,89	<b>28,73%</b>	
Despesa Liquidada	R\$ 123.467.455,72	<b>16,83%</b>	
Despesa Paga	R\$ 123.145.490,72	<b>16,78%</b>	



...



## 2.8 Aplicação dos Recursos em Ensino

Até o mês de abril o Município **empenhou R\$ 168.909.699,64** na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa uma aplicação de **23,02%**, já a **despesa liquidada** somou **R\$ 123.940.396,26**, representando **16,89%**.

Os dados apurados demonstram que até o encerramento do 1º quadrimestre as aplicações das despesas ficaram **abaixo do mínimo constitucional de 25%** estabelecido no art. 212 da Constituição Federal, que devem ser aplicados até o final do exercício. Os dados apurados podem ser observados no quadro a seguir:

Mês	Receita	Aplicação Mínima (25%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	190.325.640,51	47.581.410,13	36.691.062,67	19,28%	32.225.893,74	16,93%	31.461.097,39	16,53%
Fev	162.687.353,02	40.671.838,26	51.937.170,85	31,92%	32.498.668,57	19,98%	32.247.309,66	19,82%
Mar	218.175.607,40	54.543.901,85	53.920.034,89	24,71%	34.814.589,17	15,96%	33.407.107,63	15,31%
Abr	162.587.193,94	40.646.798,49	36.506.391,52	22,45%	41.330.711,48	25,42%	42.703.324,37	26,26%
(=) Total Bruto	733.775.794,87	183.443.948,72	179.054.659,93	24,40%	140.869.862,96	19,20%	139.818.839,05	19,05%
(-) Ded. No período*	-	-	10.144.960,29	-	16.929.466,70	-	21.220.864,30	-
(=) Total Líquido	733.775.794,87	183.443.948,72	168.909.699,64	23,02%	123.940.396,26	16,89%	118.597.974,75	16,16%

\*As deduções no período referem-se aos valores de rendimentos e aplicações financeiras e ao valor do FUNDEB retido e não aplicado.

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Ensino Despesa Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 733.775.794,87		
Despesa Empenhada	R\$ 168.909.699,64	23,02%	
Despesa Liquidada	R\$ 123.940.396,26	16,89%	
Despesa Paga	R\$ 118.597.974,75	16,16%	

\*Os valores apresentados referem-se às despesas líquidas.

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)

**RECOMENDAÇÃO:**

No período apurado, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino ficaram abaixo do mínimo constitucional de 25% das receitas – tanto pela ótica das despesas empenhadas quanto das despesas liquidadas.

Considerando que a apuração do cumprimento do art 212 é realizada ao longo do exercício, é imprescindível que nos próximos quadrimestres seja feito um acompanhamento e monitoramento mensal minucioso, levando em consideração os impactos da variação da receita arrecadada frente aos investimentos realizados na área do ensino.

Nesse sentido, alerta-se para que o Município fique atento para que o percentual mínimo seja liquidado e pago até o encerramento do exercício, monitorando sua aplicabilidade a fim de evitar contratempos no fechamento referente ao último mês do exercício, e garantir o cumprimento dos requisitos legais, afastando desse modo riscos que possam levar à reprovação de contas.

...

## 2.9 Aplicação dos Recursos no FUNDEB

Até abril de 2025, o Município aplicou, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de R\$ 70.421.125,94 dos recursos do Fundeb, representando **68,16%** das receitas aferidas até o período que totalizaram R\$102.222.510,27.

Este percentual está **desfavorável** no que concerne ao § 3º do Artigo 25 da Lei 14.113/2020, que determina que 90% dos recursos do FUNDEB devem ser utilizados no exercício financeiro em que forem creditados em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

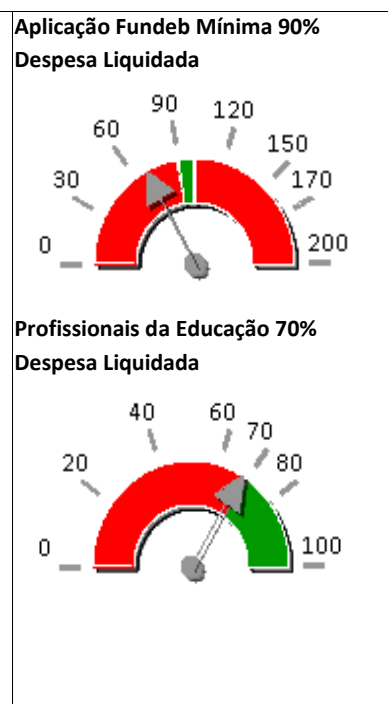
Importante ressaltar que a partir de 2024, Piracicaba passou a receber complementação VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) em virtude do cumprimento das condicionalidades de melhoria de gestão, evolução dos indicadores de atendimento e melhoria de aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica. No primeiro quadrimestre de 2025, o município recebeu **R\$ 1.089.196,88** oriundos da complementação VAAR.

Com relação a remuneração dos Profissionais da Educação, considerando o critério das despesas liquidadas, o Município aplicou **R\$ 70.091.125,94**, que corresponde a **68,57%** da receita (exceto VAAR), representando um percentual **desfavorável** visto que está abaixo dos 70% previsto no inciso XI do art. 212-A da CF em consonância com o art. 26 da Lei 14.113/2020.

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos dados apurados:

Aplicação dos Recursos do FUNDEB	Valores Expressos em R\$	%
Receitas do FUNDEB	R\$ 103.311.707,15	
Receitas do FUNDEB (EXCETO VAAR)	R\$ 102.222.510,27	
Despesa Empenhada (100%)	R\$ 77.205.632,35	74,73%
Despesa Liquidada (100%)	R\$ 70.421.125,94	68,16%
Despesa Paga (100%)	R\$ 66.129.728,34	64,01%
Despesa Empenhada Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 70.091.152,98	68,57%
Despesa Liquidada Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 70.091.125,94	68,57%
Despesa Paga Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 65.799.728,34	64,37%
Despesa Empenhada Outras e VAAR (30%)	R\$ 7.114.479,37	6,89%
Despesa Liquidada Outras e VAAR (30%)	R\$ 330.000,00	0,32%
Despesa Paga Outras e VAAR (30%)	R\$ 330.000,00	0,32%

Fonte: PST (Metodologia AUDESP)



**RECOMENDAÇÃO:**

Até o encerramento do 1º Quadrimestre de 2025, a aplicação dos recursos do Fundeb atingiu o percentual de 68,16% das receitas, valor que está abaixo do estabelecido no § 3º do Artigo 25 da Lei 14.113/2020.

Ainda, o percentual de aplicação de recursos destinados a remuneração dos Profissionais da Educação, considerando o critério das despesas liquidadas, corresponde a 68,57% da receita (exceto VAAR), também representando um percentual ligeiramente abaixo dos 70% previsto no inciso XI do art. 212-A da CF em consonância com o art. 26 da Lei 14.113/2020.

Nesse sentido, alerta-se para que o Município fique atento para que o percentual mínimo seja liquidado e pago até o encerramento do exercício, monitorando sua aplicabilidade a fim de evitar contratempos no fechamento referente ao último mês do exercício, e garantir o cumprimento dos requisitos legais, afastando desse modo riscos que possam levar à reprovação de contas.

## 2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP

Com o intuito de acompanhar a regularidade do Município perante os requisitos fiscais, bem como verificar o cumprimento das entregas das obrigações legais, o Sistema de Controle Interno procedeu com a verificação da regularidade do CAUC, serviço que disponibiliza informações sobre a adimplência quanto às obrigações financeiras, prestação de contas de convênios, transparência, obrigações e cumprimento dos limites constitucionais e legais necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal e dados contábeis transmitidos a Secretaria do Tesouro Nacional.

O detalhamento dos itens observados, bem como a situação ao final do 1º quadrimestre de acordo com o CAUC estão demonstrados conforme segue:

Obrigações	Situação Final do Quadrimestre	Observação
Regularidade quanto a Tributos, Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União	REGULAR	
Regularidade no pagamento de precatórios*	REGULAR	
Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	REGULAR	
Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	REGULAR	
Regularidade perante o Poder Público Federal (CADIN)	REGULAR	
SIAFI/Subsistema Transferências	REGULAR	
Transferegov	REGULAR	
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal	REGULAR	
Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal ao Siconfi	REGULAR	
Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO	REGULAR	
Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siconfi	REGULAR	
Encaminhamento do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siope	-	Item temporariamente desabilitado.
Encaminhamento do Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária ao Siops	-	Item temporariamente desabilitado.
Encaminhamento das Contas Anuais	REGULAR	
Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis Mensal	REGULAR	
Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis de Encerramento	REGULAR	

Encaminhamento de Informações para o Cadastro da Dívida Pública – CDP	<b>REGULAR</b>
Transparência da execução orçamentária e financeira*	<b>REGULAR</b>
Implementação do Siafic*	<b>REGULAR</b>
Exercício da Plena Competência Tributária	<b>REGULAR</b>
Regularidade Previdenciária	<b>REGULAR</b>
Aplicação Mínima de recursos em Educação	<b>REGULAR</b>
Aplicação Mínima de recursos em Saúde	<b>REGULAR</b>
Limite de Despesas com Parcerias Público-Privadas (PPP)	<b>REGULAR</b>
Limite de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita	<b>REGULAR</b>
Aplicação profissionais da educação*	<b>REGULAR</b>
Aplicação mínima complementação FUNDEB Despesas de Capital*	<b>REGULAR</b>
Aplicação mínima educação infantil*	<b>REGULAR</b>

(\*) Novos itens que passaram a ser conferidos a partir de 17/02/2025. Até a última consulta realizada antes do fechamento deste relatório em 09/06/2025, a situação do município no CAUC estava regular.

O encaminhamento do Anexo 12 do RREO - SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde) está temporariamente desabilitado, em face a problemas relacionados à transmissão de dados ao SIOPS. Em 2024, o Ministério da Saúde comunicou que devido a necessidade de atualização do sistema, houve atraso na disponibilização da versão de transmissão de dados, que aos poucos vêm se normalizando.

Apesar do item estar desabilitado no CAUC, foi recomendado à Secretaria Municipal de Saúde que publicasse os dados bimestrais em Diário Oficial do município conforme datas estabelecidas para publicação do RREO. Ademais, em consulta ao sistema SIOPS, o município já realizou as entregas referentes à 2025.

Quanto à transmissão do SIOPE, o item está temporariamente desabilitado do CAUC, sendo sugerido a consulta direta ao sistema. Em consulta ao SIOPE - em 06/06/25 - a entrega dos dados referentes ao 2º bimestre de 2025 consta como “Não entregaram a declaração (Em branco)”.

Importante que o município se atente aos prazos estabelecidos para evitar o atraso recorrente nas entregas e transmissão de dados, especialmente considerando que o CAUC acrescentou itens relacionados a aplicação do FUNDEB e aplicação mínima em Educação Infantil que são extraídos e validados por meio do sistema SIOPE.



O Sistema de Controle Interno acompanhou ainda o cumprimento das obrigações estabelecidas no calendário AUDESP utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP por meio do Relatório Gerencial – Situação de Entrega.

Conforme o Relatório Gerencial disponibilizado, referente ao 1º quadrimestre, a Prefeitura cumpriu todas as entregas, não havendo nenhum documento pendente. No entanto, houve atraso no envio das seguintes documentações, que poderão ser sinalizadas também no Relatório das Contas Anuais do Município emitido pelo TCESP:

Documento	Data Referência	Prazo de Entrega	Entregue	No Prazo	Data Entrega
LDO-INICIAL-ATA-AUDIENCIA-ELABORACAO	1/2025	03/02/2025	Sim	Não	10/02/2025
Publ. Aplic. na Manut. e Desenv. do Ensino	12/2024	31/01/2025	Sim	Não	03/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	12/2024	31/01/2025	Sim	Não	27/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	12/2024	31/01/2025	Sim	Não	04/02/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	2/2025	31/03/2025	Sim	Não	11/04/2025
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	2/2025	31/03/2025	Sim	Não	01/04/2025
Termo de consentimento de acesso a contas bancárias	12/2024	31/03/2025	Sim	Não	08/04/2025

### RECOMENDACÃO:

É importante que todos os departamentos e secretarias responsáveis pelo envio de quaisquer documentações à AUDESP estejam atentos aos prazos estabelecidos, em atendimento à Instrução Normativa 01/2024 do TCESP, tendo em vista que sucessivos atrasos podem acarretar multas ao Chefe do Executivo, apontamentos no relatório de contas anuais e impacto na nota do IEG-M.

Recomendamos ainda, especial atenção quanto a busca de soluções, implantação de rotinas, procedimentos e outros que possam facilitar e agilizar a entrega do SIOPE, que tem se dado rotineiramente de modo tardio.

Ainda, o Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais – CAUC – acrescentou novos itens de verificação, cujo não cumprimento podem ocasionar sanções ao município, dentre os quais se encontra o impedimento à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal. Desse modo é imprescindível que a entrega das obrigações nos sistemas Siconfi, SIOPE e SIOPS ocorra sempre dentro do prazo correto.

...



## 2.11 Relatório de Alertas TCESP

O Visor – Visão Social de Relatórios de Alertas – é uma plataforma gráfica que tem o objetivo de facilitar o entendimento dos alertas emitidos pelo TCESP e classificar as prefeituras de acordo com a quantidade e a diversidade de alertas recebidos.

### 2.11.1 Alertas EMDHAP e IPPLAP

Nos Relatórios de Controle Interno de 2024 constam que devido ao encerramento das atividades dos órgãos EMDHAP e IPPLAP no final de 2022, houveram algumas dificuldades nas entregas obrigatórias à AUDESP, o que prejudicou a consolidação dos dados no 1º Quadrimestre/2024.

Posteriormente, a situação foi normalizada ao longo do exercício, no qual foi orientado o envio dos documentos até a exclusão das entidades do rol de fiscalizadas do município.

Ainda em setembro de 2024, conforme disposto no Acórdão do processo TC-002268.989.22-5 (sessão de 18/09/2024) o Tribunal Pleno do TCESP decidiu pela exclusão da Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - EMDHAP do cadastro de Órgãos jurisdicionados da Corte de Contas.

Por fim, em 2025 a equipe AUDESP, por meio do Chamado de Protocolo nº #TEC0000159155, removeu a obrigação de entrega dos balancetes do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - IPPLAP, informando que a partir de 01/01/2025 não seria mais preciso encaminhar documentos de prestação de contas, relativo a todas as Fases do Sistema AUDESP.

Nesse sentido, com a **exclusão da EMDHAP do rol de fiscalizadas da Corte de Contas** e com a **desobrigação de entrega de documentos do IPPLAP ao sistema AUDESP**, este tópico não demanda mais acompanhamento por parte Controle Interno, ficando como recomendação à equipe que defende as contas da Prefeitura que solicite a correspondente baixa do rol de fiscalizadas do TCESP junto ao Tribunal Pleno daquele órgão.

### 2.11.2 Alertas da Prefeitura de Piracicaba

O TCESP emite mensalmente Relatórios de Alertas que visam atentar o município quanto a situações desfavoráveis/irregulares relacionadas à Gestão Municipal.

Até o mês de abril foram emitidos os seguintes alertas direcionados à Prefeitura de Piracicaba, com os assuntos abaixo relacionados:

Assunto de Fiscalização	Descrição	Período
ENSINO	AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada	01/2025; 02/2025; 03/2025 e 04/2025
ENSINO	AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB	01/2025; 02/2025; 03/2025 e 04/2025
ENSINO	AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB com profissionais da Educação Básica	03/2025 e 04/2025
LRF	GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)	01/2025; 02/2025; 03/2025 e 04/2025
LRF	GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO	02/2025 e 04/2025

Ressaltamos que os alertas emitidos pelo TCESP servem como direcionamento para que o município se atente e ajuste suas contas ao longo do exercício.

#### 2.11.2.1 AE03 – Aplicação de Recursos próprios em Ensino

O TCESP alerta que “com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF”. Tópico abordado no item 2.8 deste relatório.

#### 2.11.2.2 AE05 – Aplicação de Recursos do FUNDEB

O TCESP alerta que “O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 25, §3º da Lei 14.113/20”. Tópico abordado no item 2.9 do presente relatório.


#### 2.11.2.3 AE06 – Aplicação de Recursos do FUNDEB com Profissionais

O TCESP alerta que “O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20”. Tópico abordado no item 2.9 do presente relatório.

#### 2.11.2.4 GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Quanto ao item GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária), o TCESP alerta “Situação desfavorável demonstrando tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações para observância do disposto no art.9º da Lei Complementar nº 101/00.”

O setor de Orçamento explicou que este alerta deve-se principalmente ao fato que a previsão das receitas provenientes de operações de crédito foram concentradas no mês de janeiro – aproximadamente R\$ 87,4 milhões – valor relativo à execução das licitações em andamento já previstas e autorizadas no ano anterior – com isso, houve uma elevação da receita prevista em janeiro – situação que tende a se normalizar ao longo do exercício.

 <b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA</b> <b>Receita Arrecadada por Meta Mensal - Consolidado Por Natureza</b> JANEIRO/2025 TIPO DE ADMINISTRAÇÃO: DIRETA + FUNDOS DA DIRETA				
NATUREZA NOME DA NATUREZA	RECEITA ARRECADADA JAN/2024	PREVISÃO INICIAL JAN/2025	RECEITA ARRECADADA JAN/2025	PREVISÃO ARRECADADA JAN/2025
19999960 REC.DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-OUTRAS REC.	0,00	250,00	0,00	0,00 %
19999961 AEROPORTO - TX TRANSFERENCIA DE HANGAR	0,00	0,00	0,00	0,00 %
19999962 JUSTO VALOR DE REURB-E	0,00	0,00	0,00	0,00 %
19999964 FUNDO MUNICIPAL DES.TERRITORIAL - FUMDET	0,00	0,00	0,00	0,00 %
19999965 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (FMAS)	0,00	0,00	9.283,62	0,00 %
21199901 OUTRAS OPERACOES DE CREDITO - MERCADO IN	0,00	87.395.166,00	0,00	0,00 %
21199905 PROGRAMA PRO-TRANSPORTE - PAC 2	0,00	0,00	0,00	0,00 %
21199908 PROGRAMA FINISA - CONTRATO 622.468-21	815.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00 %
21199909 PROGRAMA BANCO EMPREENDEDOR DESENVOLVE SP	0,00	0,00	0,00	0,00 %

#### 2.11.2.5 GF20 - Análise do Resultado Primário

Quanto ao item GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO, o TCESP aponta que “Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.”

O resultado primário previsto na LOA atualizada (R\$ -330.918.855,69) está inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO(R\$ 100.825.600,00), pois a Receita Prevista não é atualizada ao longo do exercício no AUDESP. Ressalta-se que o Resultado Primário realizado no período de janeiro a abril foi superavitário em R\$ 278.388.460,14.

#### RECOMENDAÇÃO:

É importante que para os próximos exercícios, o Município estude os mecanismos possíveis para estruturar a receita de modo a informar também a Receita Atualizada ao longo do exercício.

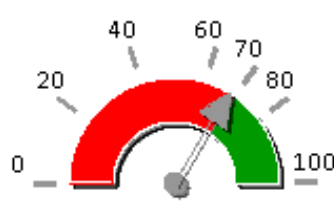
### 3. Resumo dos principais indicadores

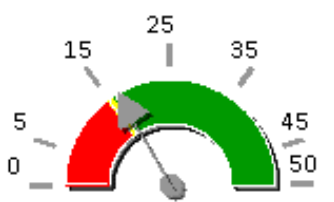
Resultado Orçamentário	Valores Expressos em R\$	%	Despesa liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 1.024.966.262,56		
Despesa Empenhada	R\$ 1.266.069.014,42		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ -241.102.751,86	% -23,52	
Despesa Liquidada	R\$ 667.120.865,71		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 357.845.396,85	% 34,91	
Despesa Paga	R\$ 654.468.423,56		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 370.497.839,00	% 36,15	

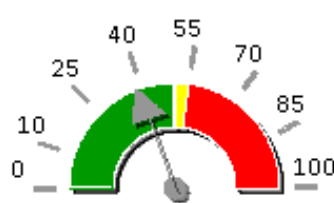
Resultado Financeiro	Valores Expressos em R\$	%	Resultado Financeiro
Ativo Circulante Financeiro	R\$ 798.851.681,95		
Passivo Circulante Financeiro	R\$ 68.533.936,22		
Variação (DÉFICIT / SUPERÁVIT)	R\$ 730.317.745,73	% 11,66	

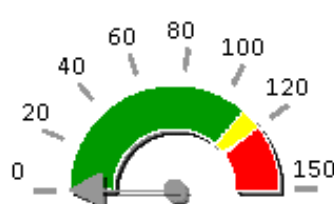
Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino	Valores Expressos em R\$	%	Rec. Próprios em Ensino Despesa Liquidada
Receita Arrecadada	R\$ 733.775.794,87		
Despesa Empenhada	R\$ 168.909.699,64	% 23,02	
Despesa Liquidada	R\$ 123.940.396,26	% 16,89	
Despesa Paga	R\$ 118.597.974,75	% 16,16	

Aplicação dos Recursos do FUNDEB	Valores Expressos em R\$	%	Aplicação Fundeb Mínima 90% Despesa Liquidada
Receitas do FUNDEB	R\$ 103.311.707,15		
Receitas do FUNDEB (EXCETO VAAR)	R\$ 102.222.510,27		
Despesa Empenhada (100%)	R\$ 77.205.632,35	74,73%	
Despesa Liquidada (100%)	R\$ 70.421.125,94	68,16%	
Despesa Paga (100%)	R\$ 66.129.728,34	64,01%	
Despesa Empenhada Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 70.091.152,98	68,57%	

Despesa Liquidada Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 70.091.125,94	68,57%	<b>Profissionais da Educação 70% Despesa Liquidada</b> 
Despesa Paga Profiss. da Educação 70% (EXCETO VAAR)	R\$ 65.799.728,34	64,37%	
Despesa Empenhada Outras e VAAR (30%)	R\$ 7.114.479,37	6,89%	
Despesa Liquidada Outras e VAAR (30%)	R\$ 330.000,00	0,32%	
Despesa Paga Outras e VAAR (30%)	R\$ 330.000,00	0,32%	

Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde	Valores Expressos em R\$	%	<b>Rec. Próprios em Saúde Liquidada</b> 
Receita Arrecadada	R\$ 733.775.794,87		
Despesa Empenhada	R\$ 210.800.545,89	% 28,73	
Despesa Liquidada	R\$ 123.467.455,72	% 16,83	
Despesa Paga	R\$ 123.145.490,72	% 16,78	

Despesas Totais com Pessoal	Valores Expressos em R\$	%	<b>Despesa Liquidada</b> 
Receita Corrente Líquida	R\$ 2.974.250.706,04		
Montante	R\$ 1.156.579.255,40	% 38,89	
Limite Máximo 54,00% (art. 20 LRF)	R\$ 1.606.095.381,26	% 54,00	
Limite Prudencial 95% do limite de 54,00% (par. único art 22 LRF)	R\$ 1.525.790.612,20	% 51,30	

Dívida Consolidada Líquida	Valores Expressos em R\$	%	<b>Saldo Devedor</b> 
Receita Corrente Líquida	R\$ 2.984.754.234,04		
Saldo Devedor	R\$ -700.079.278,76	% -23,46	
Limite Legal (art. 3º e 4º Res. 40 Senado)	R\$ 3.581.705.080,85	% 120,00	

## 4. Resumo dos Principais Pontos de Atenção e Recomendações

Findada as análises realizadas pelo Sistema de Controle Interno - SCI, remanesçam os pontos elencados a seguir, que a nosso ver carecem de apreciação e providências.

### 1.2.1 Receita de Dívida Ativa:

Tendo em vista a queda na arrecadação dos valores inerentes à dívida ativa no primeiro quadrimestre, somado aos constantes apontamentos recebidos pelo município nos últimos Relatórios de Contas Anuais do TCESP sobre *“Possível falta de planejamento e medidas efetivas de cobrança da Dívida Ativa Municipal”*, recomenda-se que o Município verifique e monitore o reflexo das medidas implementadas, a fim de avaliar se contribuíram efetivamente para a diminuição do estoque da dívida ativa, bem como trabalhe na busca de outras alternativas, se necessário, que resultem em melhorias e reflitam no aumento do percentual de recebimento das Receitas com Dívida Ativa.

### 2.8 – Aplicação dos recursos em Ensino:

No período apurado, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino estão abaixo do mínimo constitucional de 25% das receitas – tanto pela ótica das despesas empenhadas quanto das despesas liquidadas.

Considerando que a apuração do cumprimento do art 212 é realizada ao longo do exercício, é imprescindível que nos próximos quadrimestres o acompanhamento seja feito de maneira cautelosa e com monitoramento mensal metuculoso, levando em consideração os impactos da variação da receita arrecadada frente aos investimentos realizados na área do ensino.

Nesse sentido, alerta-se para que o Município fique atento para que o percentual mínimo seja liquidado e pago até o encerramento do exercício, monitorando sua aplicabilidade a fim de evitar contratempos no fechamento referente ao último mês do exercício, e garantir o cumprimento dos requisitos legais, afastando desse modo riscos que possam levar à reprovação de contas.



## **2.9 Aplicação dos Recursos no FUNDEB**

No período apurado, a aplicação dos recursos do Fundeb atingiu o percentual de 68,16% das receitas, valor que está desfavorável em relação ao § 3º do Artigo 25 da Lei 14.113/2020. Ainda, o percentual de aplicação de recursos destinados a remuneração dos Profissionais da Educação, considerando o critério das despesas liquidadas, corresponde a 68,57% da receita (exceto VAAR), representando um percentual desfavorável visto que está abaixo dos 70% previsto no inciso XI do art. 212-A da CF em consonância com o art. 26 da Lei 14.113/2020.

Nesse sentido, alerta-se para que o Município fique atento para que o percentual mínimo seja liquidado e pago até o encerramento do exercício, monitorando sua aplicabilidade a fim de evitar contratempos no fechamento referente ao último mês do exercício, e garantir o cumprimento dos requisitos legais, afastando desse modo riscos que possam levar à reprovação de contas.

## **2.10 Acompanhamento da Regularidade Fiscal e Cumprimento das Obrigações do Sistema AUDESP**

É importante que todos os departamentos e secretarias responsáveis pelo envio de quaisquer documentações à AUDESP estejam atentos aos prazos estabelecidos, em atendimento à Instrução Normativa 01/2024 do TCESP, tendo em vista que sucessivos atrasos podem acarretar multas ao Chefe do Executivo, além de sanções ao Município, apontamentos no relatório de contas anuais e impacto na nota do IEG-M. Desse modo é imprescindível que a entrega das obrigações nos sistemas Siconfi, SIOPE e SIOPS ocorra sempre dentro do prazo correto.

Adicionalmente, recomendamos especial atenção quanto a busca de soluções, implantação de rotinas, procedimentos e outros que possam facilitar e agilizar a entrega do SIOPE, que tem se dado rotineiramente de modo tardio.

## **2.11.2 Alertas Tribunal de Contas direcionados a Prefeitura de Piracicaba -**

### **2.11.2.5 GF20 - Análise do Resultado Primário**

É importante que para os próximos exercícios, o Município estude os mecanismos possíveis para estruturar a receita de modo a informar no AUDESP também a Receita Atualizada ao longo do exercício, a fim de evitar distorções no Resultado Primário.



## **Pontos de Atenção e Recomendações Ação Ordenada nas Unidades de Saúde integrantes da Estratégia de Saúde da Família do município**

Tendo em vista a realização da Ação Ordenada nas Unidades de Saúde integrantes da Estratégia de Saúde da Família do município em 2024/2025 que resultaram no **“Relatório de Ação Ordenada – Unidades de Saúde”**, onde constam informações compiladas bem como instruções específicas inerentes à área, recomendamos especial atenção e busca de alternativas que minimizem os riscos abordados especialmente no item **“3 – Principais Pontos de Atenção e respectivas Recomendações”** - páginas 64 a 74 do referido Relatório - anexo ao **Processo Digital PMP 2025/019831**.

## Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno, em consonância com a legislação, apresenta este Relatório de Controle Interno com o acompanhamento da Gestão Fiscal, cumprindo a atribuição de proporcionar o diagnóstico da situação orçamentário-financeira do exercício de 2025 após o encerramento do 1º quadrimestre.

Neste relatório foi apresentada a Análise e Conformidade do município, na qual consta o acompanhamento do cumprimento das exigibilidades emanadas pela Lei Fiscal e Constitucional, e monitoramento concernente à transparência e ao acompanhamento da execução do orçamento.

Vale ressaltar que além do presente relatório pautado na execução orçamentária e financeira, o Controle Interno também elaborou no primeiro quadrimestre de 2025, o Relatório com a Ação Ordenada nas Unidades de Saúde integrantes da Estratégia de Saúde da Família do município, além de realizar uma capacitação e orientação a respeito do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) e outras atividades pertinentes.

Por fim, submetemos este Relatório de Controle Interno ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal para ciência e deliberações que entender necessárias. Posteriormente, o presente relatório deve ficar à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Piracicaba, 09 de junho de 2025.

Candida Fernanda Sampaio Mattos

Equipe de Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

Mariana Aparecida Baptistini

Thainy Karolini dos Santos  
Coordenadora do Sistema de Controle Interno

De acordo,

Karla Lovato Pelizzaro  
Secretária Municipal de Finanças

Ciente,

Hélio Donizete Zanatta  
Prefeito do Município

**Realização:**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**  
**COORDENADORIA**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

**Junho/2025**



# Assinaturas do documento

## "Relatório de Controle Interno - 1º Quadrimestre 2025"



Código para verificação: **8927AOS4**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **HELIO DONIZETE ZANATTA** (CPF: \*\*\*.954.388-\*\*) em 01/07/2025 às 11:14:20 (GMT-03:00)  
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 02/01/2025 - 16:32:32 e válido até 02/01/2028 - 16:32:32.  
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **KARLA LOVATO PELIZZARO** (CPF: \*\*\*.608.428-\*\*) em 30/06/2025 às 13:01:19 (GMT-03:00)  
Emitido por: "AC SINCOR RFB G5", emitido em 22/05/2024 - 16:29:56 e válido até 22/05/2027 - 16:29:56.  
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **CANDIDA FERNANDA SAMPAIO MATTOS** (CPF: \*\*\*.361.718-\*\*) em 26/06/2025 às 10:26:51 (GMT-03:00)  
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 03/08/2023 - 15:58:01 e válido até 03/08/2123 - 15:58:01.  
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **THAINY KAROLINI DOS SANTOS** (CPF: \*\*\*.758.778-\*\*) em 26/06/2025 às 09:15:53 (GMT-03:00)  
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 21/07/2023 - 15:31:27 e válido até 21/07/2123 - 15:31:27.  
(Assinatura do Sistema)
- ✓ **MARIANA APARECIDA BAPTISTINI** (CPF: \*\*\*.795.578-\*\*) em 26/06/2025 às 08:46:41 (GMT-03:00)  
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 21/07/2023 - 15:42:05 e válido até 21/07/2123 - 15:42:05.  
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **PMP 2025/087681**

e o código **8927AOS4** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.